



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA) Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2022 – Processo Administrativo nº 4686/2022

#### 1. OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa especializada em serviço de locação de fragmentadora de papel de alta performance, para atendimento das necessidades da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Coren-SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Serviço de locação de fragmentadora de papel de alta performance, sob demanda, por períodos de 30 (trinta) dias corridos, em até 3 (três) períodos num intervalo de 12 (meses), para atendimento das necessidades da CPAD do Coren-SP. O equipamento deverá ser entregue e retirado na unidade Sede do Coren-SP.	Serviço (Período de 30 dias corridos)	3	R\$ 3.260,00	R\$ 9.780,00

**1.2.** O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de locação de equipamentos (CATSER 27677)**.

**1.3.** O quantitativo e o respectivo código do item está discriminado na tabela acima.

**1.4.** A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**.

**1.5.** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** Há atualmente um grande acúmulo de documentos a serem descaracterizados e aptos ao descarte na Sede do Coren-SP, produto do tratamento e análise dos documentos não mais correntes, principalmente da Gerência de Atendimento ao Profissional - GAP.

**2.2.** A destruição de documentos deve ser realizada através de fragmentação ou picotagem, para sua total descaracterização e respeito à legislação ambiental, e assistida por membro da CPAD para garantir a proteção dos dados e informações, independente da forma como a execução da fragmentação se dê (por contrato com Cooperativa ou por ação própria do órgão).

**2.3.** A CPAD é responsável direta pela implementação e aprimoramento das normas e ações de gestão documental, ou seja, é a responsável pela orientação e realização da análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito do COREN-SP, visando identificar os documentos para guarda temporária ou permanente (arquivo) e os destituídos de valor (eliminação)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Manual de Gestão Documental versão 2 – Coren-SP (2020)



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**2.4.** Definida a destinação dos documentos, aqueles sem valor para guarda permanente devem ser submetidos à eliminação através de processo de descaracterização. No âmbito da administração pública federal, os procedimentos de eliminação de documentos estão estabelecidos através da Resolução CONARQ nº 40, de dezembro de 2014:

*Art. 5º A eliminação de documentos arquivísticos públicos e de caráter público será efetuada por meio de fragmentação manual ou mecânica, pulverização, desmagnetização ou reformatação, com garantia de que a descaracterização dos documentos não possa ser revertida.*

*§ 1º A eliminação dos documentos deverá, obrigatoriamente, ocorrer com a supervisão de responsável designado para acompanhar o procedimento.*

*§ 2º A escolha do procedimento a ser adotado para a descaracterização dos documentos deverá observar as normas legais em vigor em relação à preservação do meio ambiente e da sustentabilidade.*

**2.5.** O Coren-SP, entre 2021/2022 manteve contrato firmado para coleta e destinação de materiais recicláveis com a Cooperativa de Trabalho e da Coleta Seletiva dos Catadores da Baixada do Glicério, decorrente do Credenciamento nº 01/2022, prevendo, dentro do objeto de credenciamento, a coleta e fragmentação de papéis.

**2.6.** Ocorre que, na contratação anterior foram constatados problemas referentes ao processo de descaracterização dos documentos, no qual o maquinário da cooperativa utilizado para fragmentar os papéis não descaracterizava totalmente o documento, resultando em fragmentos muito grandes, muitas vezes deixando cópias de documentos parcialmente intactas.

**2.7.** No caso da parceria entre Coren-SP e a Cooperativa Viva Bem, nem sempre foi exitosa, no contrato anterior no qual não obteve renovação, ocasionando o acúmulo de caixas de documentos a serem eliminados na Sede do Coren-SP

**2.8.** Dessa forma, a locação por período de equipamento de alta performance para a realização de fragmentação desses papéis é o suficiente para dar vazão aos documentos acumulados e aos que serão produzidos ao longo do ano, sendo este cenário de maior economicidade para a Administração em detrimento de todos os demais cenários possíveis, cf. estudos encartados nos autos do PA 4686/2022.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

**3.1.** A descrição da Solução como um todo corresponde à locação de máquina fragmentadora de papel de alta performance, para atendimento das necessidades da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Coren-SP, conforme prazos e especificações mínimas de equipamento descritas neste instrumento.

**3.2.** A Contratação ocorrerá sob demanda, com previsão de até 3 (três) períodos de locação por período de vigência contratual. O equipamento deverá ser entregue e retirado pela Contratada nas dependências da unidade Sede do Coren-SP.

**3.3.** O que equipamento será utilizado, em processos de fragmentação, por empregados do Coren-SP vinculados à CPAD, devendo a Contratada transmitir todos os quesitos relacionados à segurança da operação daquele.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**4.1.** Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

eletrônica.

**4.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

**4.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**5.1.** Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

**5.1.1.** Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, correspondendo à locação de fragmentadora de papel de alta performance, sob demanda, por períodos de 30 (trinta) dias corridos, incluindo canal de atendimento para manutenção corretiva em caso de ocorrências e despesas de transporte para entrega e retirada pela Contratada.

**5.1.2. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:**

**5.1.2.1. Especificações Técnicas Mínimas da Fragmentadora de Papel de Alta Performance e Exigências do Serviço:**

**5.1.2.1.1.** Voltagem de 110V ou 220V;

**5.1.2.1.2.** Peso até 80kg e dimensões dentro de 1m<sup>3</sup> (variação aceita de até 25% nas dimensões e peso);

**5.1.2.1.3.** Compartimento para inserção de saco de lixo de até 80 (oitenta) litros;

**5.1.2.1.4.** Produção de até 70 DB de ruído;

**5.1.2.1.5.** Desempenho de, no mínimo, 30 (trinta) folhas por vez e 50 (cinquenta) kg de material processado por hora;

**5.1.2.1.6.** Funcionamento contínuo por, no mínimo, 9 (nove) horas sem paradas por superaquecimento do motor;

**5.1.2.1.7.** Deverá possuir sensor de segurança para prevenção de acidentes;

**5.1.2.1.8.** Deverá acompanhar manual de operação em suporte físico ou digital, em português;

**5.1.2.1.9.** O equipamento deverá fragmentar papéis em aparas de, no máximo, 1 (um) cm de largura para assegurar a proteção de dados pessoais e institucionais.

**5.1.2.2.** A Contratada deverá informar os quesitos de segurança necessários para prevenção de acidentes dos funcionários do Coren-SP que manipularão a fragmentadora, considerando que o objeto da contratação é locação de equipamento, sem fornecimento de mão-de-obra para operação.

**5.1.2.3.** A empresa deverá manter um canal de atendimento para notificação de falhas de funcionamento do equipamento, devendo providenciar a manutenção corretiva in loco ou nas dependências da própria empresa, sem prejuízos ao Coren-SP.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**5.1.2.3.1.** Em caso de conserto imediato, se somarão as horas de inoperância do equipamento ao total de dias da locação, não ultrapassando o período máximo de 30 (trinta) dias corridos de locação por evento;

**5.1.2.3.2.** Em caso de necessidade de retirada do equipamento para a correção da falha, a empresa deverá fornecer equipamento similar pelo período necessário ou somar os dias da ausência do equipamento ao período de locação, não ultrapassando o período máximo de 30 (trinta) dias corridos de locação por evento.

**5.1.2.4.** Os custos de entrega e retirada de equipamentos, em quaisquer situações (início do período de locação, término da locação, retirada para manutenções), ficarão por conta da Contratada.

### **5.1.3. Duração inicial do contrato:**

**5.1.4.** Não se aplicam requisitos relacionados à **transição contratual** para o objeto da contratação.

**5.2.** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**6.1.** Não foram verificados critérios de sustentabilidade relacionados diretamente ao objeto da contratação. Os resíduos sólidos decorrentes da fragmentação serão encaminhados para doação, porém, junto a cooperativas de reciclagens credenciadas junto ao Coren-SP.

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

**7.1.** Não se aplica para o objeto da contratação, pelos seguintes motivos:

**7.1.1.** O objeto corresponde à locação de um equipamento, sob responsabilidade da Contratada;

**7.1.2.** O Coren-SP disponibilizará espaço e infraestrutura para operação do equipamento.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**8.1.1.** A partir do início da vigência contratual, o Coren-SP poderá vir a solicitar período de locação do equipamento junto à Contratada. O contrato prevê até 03 (três) períodos de locação do equipamento a cada 12 (doze) meses, porém caberá ao Coren-SP, de acordo com sua demanda, acionar a empresa durante a vigência do contrato, bem como usufruir ou não de todos os períodos previstos a cada período de vigência contratual.

**8.1.2.** O equipamento locado deverá ser entregue na **Unidade Sede do Coren-SP**, localizada na Alameda Ribeirão Preto nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000, 2º Subsolo, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 07h00 às 16h00.

**8.1.3.** A empresa contratada **deverá entregar o equipamento em até 10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento, por e-mail, da ordem de serviço encaminhada pela Fiscalização.

**8.1.4.** O prazo para contagem de cada período de locação correrá a partir da data de efetiva entrega (e verificação do funcionamento da fragmentadora) na Sede do Coren-SP.

**8.1.5.** A empresa **deverá retirar o equipamento em até 5 (cinco) dias úteis da notificação de**



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**finalização dos trabalhos de fragmentação de documentos por e-mail, ou ainda no mesmo prazo a contar do trigésimo primeiro dia da entrega do equipamento**, mesmo quando não houver a notificação para retirada.

**8.1.6.** Em sua proposta comercial, a **empresa poderá apresentar mais de um modelo de equipamento**, a depender da disponibilidade de locação no momento da requisição pelo Coren-SP, devendo todos os equipamentos estarem de acordo com as especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência.

**8.1.7.** Caso o equipamento locado apresente **falha ou vício de funcionamento**, a Contratada deverá providenciar reparo/efetuar a substituição do item no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Fiscalização.

### 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

**9.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar fragmentadoras de alta performance, em cada evento de locação, perfeitamente compatíveis com as especificações técnicas do objeto, acompanhados de todos os acessórios eventualmente necessários para a sua operação, dentro dos padrões de segurança estabelecidos pelo fabricante dos equipamentos.

### 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

**10.1.** Definidas nos requisitos da contratação e modelo de execução do objeto supra.

### 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**11.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**11.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por agente especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**11.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**11.4.** Responsabilizar-se pela integridade e segurança do equipamento locado enquanto este estiver em suas dependências;

**11.5.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**11.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**11.7.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**11.7.1.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

**11.7.2.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**11.7.3.** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

**11.7.4.** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**11.8.** Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

### 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**12.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**12.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**12.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Coren-SP, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**12.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**12.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**12.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

**12.7.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**12.8.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**12.9.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**12.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**12.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**12.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**12.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**12.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**12.16.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**14.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**15.1.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**15.2.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**15.3.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**15.4.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**15.5.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Contrato.

- 15.6.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.7.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.11.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 15.12.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.13.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.14.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

**16.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a)** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b)** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**16.1.1.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**16.2.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**16.2.1.** não produziu os resultados acordados;

**16.2.2.** deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

exigida;

**16.2.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### 17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO<sup>2</sup>

**17.1.** No prazo de até **5 dias corridos** do término do período de locação, a CONTRATADA deverá apresentar toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais, bem como a Nota Fiscal de serviços, para fins de recebimento provisório e definitivo do objeto pela Fiscalização do Coren-SP.

**17.2.** O serviço será **recebido provisoriamente** na data de entrega de documentação acima, pelo responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

**17.3.** O serviço será **recebido definitivamente** no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos serviços prestados e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**17.3.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**17.4.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 18. DO PAGAMENTO

**18.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

**18.2.** Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**18.3.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**18.3.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**18.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**18.4.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

<sup>2</sup> Tópico adaptado do modelo de TR da AGU para “Compras”, disponível em: <https://tinyurl.com/5yxh7kry>. Acesso: 27/09/2022. O motivo da adaptação se dá em virtude da baixa complexidade do evento de locação, mais identificada com processos relacionados às aquisições do que na contratação de serviços continuados sem dedicação exclusiva da mão de obra.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**18.5.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.5.1.** o prazo de validade;
- 18.5.2.** a data da emissão;
- 18.5.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4.** o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5.** o valor a pagar; e
- 18.5.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**18.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

**18.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**18.8.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**18.9.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**18.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**18.11.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**18.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**18.12.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**18.13.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**18.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

**18.15.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**18.16.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$   $I = (6/100)/365$   $I = 0,00016438$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

### 19. REAJUSTE

**19.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**19.2.** Após o interregno de um ano e, por solicitação da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

**19.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**19.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**19.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**19.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**19.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**19.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

**20.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

**20.1.1.** O objeto contratual não envolve disponibilização de mão-de-obra, tornando-se, a garantia sobre o contrato um custo adicional e desnecessário para a Administração.

### 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**21.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal.

**21.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii. **Multa de:**
  - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
  - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa** pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**21.3.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

**21.4.** As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**21.5.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	2% sobre o valor do período de locação
2	3% sobre o valor do período de locação
3	5% sobre o valor do período de locação

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	03
2	Atrasar, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega ou retirada do equipamento, por dia;	01
3	Atrasar a manutenção corretiva quando solicitada, por dia após o prazo estabelecido neste Termo de Referência;	02
4	Recusar-se a prestar manutenção corretiva de equipamento locado após a comunicação de falhas em seu funcionamento, por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	03
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os	01





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

	prepostos previstos no contrato;	
11	Manter canal de comunicação de rápido retorno entre a empresa e o Coren-SP.	01

**21.6.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**21.6.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**21.6.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**21.6.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**21.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999

**21.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Coren-SP, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na dívida ativa do órgão e cobrados judicialmente.

**21.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**21.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Coren-SP poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**21.10.** Para aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**21.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**21.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**21.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao Coren-SP resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**21.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**22.1.** As exigências de **habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**22.2.** Os critérios de **qualificação econômica** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

**22.3.** Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

**22.3.1.** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**22.3.1.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

**22.3.2.1.1.** Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços, entendidos como serviços de locação de máquinas e/ou equipamentos gráficos ou de escritório (fragmentadoras, impressoras, escâneres etc.), sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

**22.3.1.2.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**22.3.1.3.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

**22.3.1.4.** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**22.3.1.5.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**22.4.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**22.4.1.** Valor Global: R\$ 9.780,00 (nove mil, setecentos e oitenta reais).

**22.4.2.** Valores unitários: conforme tabela do item 1.1. deste Termo.

**22.5.** O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

**22.6.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

**23.1.** O custo estimado da contratação, para o período de 12 (doze) meses é de R\$ 9.780,00 (nove mil, setecentos e oitenta reais).

## **24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**24.1.** As despesas com a contratação serão acobertadas dentro do seguinte elemento de despesa:  
6.2.2.1.1.33.90.39.002.014 - Locação De Bens Móveis.

São Paulo, 02 de dezembro de 2022.

Henrique  
Pereira  
Soares

Assinado de forma digital por  
Henrique Pereira Soares  
Dados: 2022.12.02 17:01:36 -03'00'

Coren-SP | Agiliza - Processo número 4686/2022 (ID 157104) - Documento 89760.  
Assinado eletronicamente por HENRIQUE PEREIRA SOARES, em 02/12/2022 17:02:16.





**CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**

**Anexos do documento ID 89760**  
**(Listagem gerada, automaticamente, pelo sistema)**

	Anexo ID	Tipo	Arquivo
1	60738	Termo de Referência/Projeto Básico	02_A2_IMR_V1_R2_GCC.pdf (Arquivo ID 429145)



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### ANEXO II – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2022 – Processo Administrativo nº 4686/2022

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Nos termos da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, fica instituído o Instrumento de Medição do Resultado (IMR), conforme indicador 1 constante da tabela abaixo.

1.2. A aplicação dos ajustes no pagamento decorrentes do IMR não substitui nem elimina as sanções e penalidades previstas em contrato ou na Lei nº 8.666, de 1993.

INDICADOR 1	
Descrição do Indicador	Atendimento de requisições de locação, de retirada de equipamento ou de serviços de assistência técnica <b>tempestivamente e de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência</b>
Finalidade	Garantir o atendimento das demandas da Administração relacionadas ao objeto da contratação, de acordo com prazos, níveis de serviços e especificações técnicas de equipamento a ser locado definidas no Termo de Referência.
Meta a cumprir	100% de atendimento deste Indicador
Instrumento de medição	Relatório/Planilha de acompanhamento pelo Fiscal do Contrato
Forma de acompanhamento	Conferência dos serviços prestados pela Contratada, verificando a presença dos elementos fundamentais para o cumprimento dos objetivos do Coren-SP. Os prazos serão acompanhados em relação às datas de requisição de serviço de locação, de retirada de equipamento ou de assistência técnica.
Periodicidade	Por evento de locação.
Mecanismo de Cálculo	Contagem a partir de Ordens de Serviço (OS) ou outros mecanismos de solicitação formal de demandas à Contratada.
Início de Vigência	Desde o início da vigência contratual, em cada evento de locação.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>A) Em relação a quantidade de demandas entregues em atraso (demanda por locação, por retirada de equipamento ou assistência técnica), contadas ao término do período de locação de referência:</p> <p>a1. Atraso de 1 a 2 demandas: multa de 1,5% sobre o valor do evento de locação;</p> <p>a.2. Atraso de 3 a 5 demandas: multa de 3% sobre o valor do evento de locação;</p> <p>a.3. Atraso a partir de 6 demandas: multa de 5% sobre o valor do evento de locação + Encaminhamento para aplicação de sanção administrativa</p> <p>B) Em relação aos dias de atraso na entrega das demandas, contadas por demanda atrasada/não solucionada pela Contratada, contadas ao término do período de locação de referência:</p> <p>b.1. Entre 1 e 3 demandas atrasadas no período de locação: multa de 0,1% sobre o valor do evento de locação, por dia de atraso;</p> <p>b.2. Entre 4 e 7 demandas atrasadas no mês: multa de 0,25% sobre o valor do evento de locação, por dia de atraso;</p> <p>b.3. A partir de 8 demandas atrasadas no mês: multa de 0,5% sobre o valor do evento de locação, por dia de atraso.</p> <p>As variáveis A e B, porque são intimamente relacionadas, serão somadas pela fiscalização, para efeitos de apuração de valor a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, após a apuração do IMR</p>
Sanções	Conforme previstas em tópico específico do Termo de Referência

Renée Seiji  
Okada

Assinado de forma digital por Renée  
Seiji Okada  
Dados: 2022.09.27 14:24:51 -03'00'

Adriana da  
Silva Rodrigues

Assinado de forma digital por  
Adriana da Silva Rodrigues  
Dados: 2022.09.27 15:51:46  
-03'00'

Henrique  
Pereira Soares

Assinado de forma digital  
por Henrique Pereira  
Soares  
Dados: 2022.09.27  
17:56:50 -03'00'

Ingrid Wendy  
Carrel

Assinado de forma  
digital por Ingrid  
Wendy Carrel  
Dados: 2022.09.27  
17:58:51 -03'00'



**Coren<sup>SP</sup>**  
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo - SP - 01331-000  
Telefone: 11 3225.6300  
www.coren-sp.gov.br